Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Estado, políticas sociais e movimentos sociais

AS LUTAS POR SAÚDE NO BRASIL: uma análise do Fórum tocantinense contra a privatização da saúde

ROSINEIDE COELHO DOS SANTOS[1]

CLARISSA ALVES FERNANDES DE MENEZES[1]

RESUMO

Esta pesquisa analisou a atuação do Fórum Tocantinense Contra a Privatização da Saúde. Observou-se que as principais pautas versavam sobre medidas adotadas pelo governo estadual no processo de privatização da saúde, leis estaduais que violam os direitos humanos e incentivam a privatização de serviços de saúde ou a saúde privada. O Fórum desenvolve um papel relevante em defesa do SUS público no Tocantins, particularmente em Palmas, tendo como principal estratégia a busca pela articulação com outros setores da sociedade civil para ampliar o debate com a população sobre a relevância da luta em defesa do SUS.
PALAVRAS-CHAVE: Privatização da Saúde. Reforma Sanitária Brasileira. Sistema Único de Saúde.

ABSTRACT

This research analyzed the performance of the Tocantinense Forum Against the Privatization of Health. It was observed that the main guidelines were about measures adopted by the state government in the process of privatization of health, state laws that violate human rights and encourage the privatization of health services or private health. The Forum plays an important role in defending the public SUS in Tocantins, particularly in Palmas, having as its main strategy the search for articulation with other sectors of civil society to broaden the debate with the population about the relevance of the fight in defense of the SUS.
KEYWORDS: Privatization of Health. Brazilian Health Reform. Health Unic System.

1 Estudante de graduação. Universidade Estadual Do Tocantins

1 Professor com formação em serviço social. Universidade Estadual Do Tocantins

I. INTRODUÇÃO

Neste artigo teve-se como objetivo analisar a atuação do Fórum Tocantinense Contra a Privatização da Saúde (FTCPS) diante da contrarreforma na política de saúde no Brasil, particularmente no estado do Tocantins desde sua fundação até o ano de 2019.

Compreende-se que a política de saúde brasileira, inserida na concepção de Seguridade Social, tem relação com as transformações do mundo do trabalho e com a contrarreforma do Estado. Esta temática, na concepção teórico-crítica, é aqui abordada partir do capitalismo contemporâneo na perspectiva da totalidade social. A pesquisa foi executada por meio de uma pesquisa documental, na qual a coleta de dados foi através de dados primários, a saber, as atas e registros das reuniões do Fórum, que forneceu subsídio para a análise da atuação do Fórum Tocantinense Contra a Privatização da Saúde (FTCPS) em defesa da saúde no estado do Tocantins.

Assim, a pesquisa em tela é de abordagem qualitativa, descritiva de natureza básica, com base no referencial teórico–metodológico do materialismo histórico dialético. Considerando que existe a necessidade inicial de obter um panorama geral sobre a atuação do Fórum Tocantinense Contra a Privatização da Saúde (FTCPS) para posteriormente, compreender, e interpretar a partir dos dados coletados com se dá a atuação do fórum e quais pautas foram debatidas nas reuniões no período de 2014 a 2019 (MINAYO, 2009).

Diante dos resultados alcançados, compreendemos que a pesquisa não se esgota aqui, sendo passível sua retomada no futuro para maior aprofundamento. Uma vez que, por se tratar de uma pesquisa documental algumas lacunas ficaram em aberto, podendo ser esclarecidas por meio de uma pesquisa de campo futuramente.

O Estado do Tocantins foi criado durante o processo de democratização do Brasil, simultaneamente com o Sistema Único de Saúde Brasileiro o (SUS), com a consolidação da Constituição Federal de 1988. Sendo o estado mais novo da federação brasileira. Estudos que versam sobre a formação social do Tocantins, apontam que as políticas públicas no estado foram implementadas ainda com características da velha cultura brasileira apoiada "na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, com apropriação do público pelo privado" (CARIAGA, 2011, p. 49). Isto é, "manteve o cunho eleitoreiro, clientelista,

da tradição política brasileira" (Idem, Ibidem, p. 49). A autora ressalta que essas características foram mantidas no novo Estado, visto que as forças políticas que lutaram no processo de divisão, criação e gestão do Estado do Tocantins não representavam o novo preconizado na Constituição Federal de 1988, tendo em vista que essa luta era representada pela classe dominante conservadora, que atua na perspectiva do Estado neoliberal e no não reconhecimento dos sujeitos como sujeitos de direitos (CARIAGA, 2011).

O Fórum Tocantinense Contra a Privatização da Saúde (FTCPS) atua numa perspectiva de esquerda, com base no projeto da Reforma Sanitária, contra todas as formas de privatização da saúde, em defesa da política de saúde 100% pública, estatal, gratuita e universal.

II. DESENVOLVIMENTO

O Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto um direito universal à saúde foi uma das conquistas fundamentais da Constituição Federal de 1988, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Previdência Social e a Assistência Social. Estudos observam que nesses últimos trinta anos houve uma ampliação importante do SUS no Brasil, e no estado do Tocantins. Contudo, essa ampliação não conseguiu atingir a universalidade proposta constitucionalmente, haja vista que esse processo de ampliação e construção do SUS foi confrontado com um período em que o Estado brasileiro vem realizando sucessivas (contra)reformas[1] de cunho neoliberal desde a década de 1990 (BRAVO, 2009).

O SUS é resultado dos processos de elaboração teórica, lutas e mobilizações realizadas pelo movimento da Reforma Sanitária Brasileira (RSB), nas décadas de 1970 e 1980, em contraposição ao modelo de assistência à saúde no país, privatizado, centrado na cura individual e em hospitais, e acessível somente para os trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho.

Bravo e Matos (2009, p. 203) apontam que o movimento da reforma sanitária "conseguiu avançar na elaboração de propostas de fortalecimento do setor público em

[1] Na literatura do Serviço Social Brasileiro é amplamente utilizada a definição "contra-reforma" para designar as modificações na estrutura do Estado que se configuram como regressivas, de restrição ou diminuição das funções do Estado, sobretudo diante das Políticas Sociais e da Seguridade Social Brasileira. Para aprofundar sobre o tema consultar Behring (2008).

oposição ao modelo de privilegiamento do produtor privado, tendo como marco a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, em Brasília".

Assim, foi nesta Conferência que o movimento de Reforma Sanitária, foi legalizado nacionalmente tendo como proposição o Sistema Único de Saúde com "ampla participação dos setores organizados na sociedade civil que, pela primeira vez, tinham uma presença efetiva, não existente nas Conferências Nacionais de Saúde anteriores." (CORREIA, 2009, p. 124).

Porém, ao longo dessas últimas três décadas, muitos movimentos e organizações que compunham e lutavam pela RSB foram adotando diferentes métodos, estratégias e orientações para defesa do SUS, muitas vezes flexibilizando a agenda de lutas da RSB (BRAVO, 2013). Por isso, em 2010, com objetivo de retomar o projeto da RSB dos anos 1980 e sua agenda de defesa de uma política de saúde pública estatal, universal e de qualidade, foi criada a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCPS). Em confluência à criação da FNCPS, no final de 2014 no estado do Tocantins, foi criado a Fórum Tocantinense Contra a Privatização da Saúde (FTCPS), que integra da Frente Nacional. Nesta pesquisa identificamos e analisamos, a partir de pesquisa documental, a atuação do Fórum Tocantinense Contra a Privatização da Saúde desde seu surgimento em 2014 até o ano de 2019.

No Estado do Tocantins obteve-se grandes avanços na implementação de políticas de saúde na primeira década de sua criação. Conforme aponta Gomes (2012, p. 27) houve um "[...] forte investimento em saúde, centrado principalmente na construção de unidades assistenciais ambulatoriais e hospitalares e na implantação de uma rede de serviços, seguida da construção da rede de apoio, diagnóstico e terapia". Porém, percebe – se que a política de saúde no Tocantins não difere do cenário nacional, está centrada "no modelo médicoassistencial privatista," o qual tem se intensificado nos últimos anos, não só no Estado, mas em nível nacional. Caminhando, assim, na contramão do que foi preconizado na Constituição Federal de 1988 e nas diretrizes do SUS.

Assim, em meados da década de 1990 foi autorizada no Tocantins a celebração de convênios com os municípios, entidades filantrópicas e associações sem fins lucrativos, permissão garantida pela lei estadual nº 762, de 26 de junho de 1995 com o objetivo de

"promover a descentralização das Ações de Serviço de Saúde, conforme diretrizes do SUS" (LIMA, 2010).

De acordo com o estudo de Gomes (2012), a saúde no estado tem sido alvo constante de denúncias por parte dos usuários, trabalhadores da saúde e organização sociais na mídia, bem como junto à Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE- TO) e ao Ministério Público Estadual do Tocantins (MPE -TO), pela as condições precárias no atendimento, dos serviços ofertados e pela a precarização das condições de trabalho dos trabalhadores da saúde no Tocantins. Gomes (2012) destaca que as denúncias referem-se à falta de leitos, insumos, medicamentos, períodos longos aguardando em macas e cadeiras vagas nos leitos, falta de atendimento médico, falta de informações, falta de leitos na UTI e interrupção dos tratamentos por falta de equipamentos dentre outros. Essa realidade vem se arrastando desde os anos 2000, por inúmeros problemas de ordem conjuntural, econômico e político, mas, que tem se agravado nos últimos vinte anos com o processo de terceirização da gestão dos hospitais estaduais.

O processo de privatização da saúde no Tocantins, teve início no governo José Wilson Siqueira Campos (PMDB), na gestão de 1995 a 2002, quando a empresa Pró-Saúde (Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar), foi contratada para administrar com recursos públicos os dezesseis hospitais públicos do Estado, objetivando "maior agilidade na aquisição de materiais, equipamentos, medicamentos e contratação de pessoal" (GOMES, 2012, p. 32). De acordo com a autora na gestão seguinte, do então governador Marcelo Miranda de 2003 a 2006, a privatização da saúde permaneceu no âmbito estatal, com a contratação direta da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP-Brasil) para administrar quatorze hospitais públicos do estado, no entanto, em decorrência de denúncias apresentadas pelo Ministério Público Federal o contrato foi cancelado em 2004.

Na gestão de 2011 a 2014 sob gestão do governador Siqueira Campos (PMDB) à época, Gomes (2012) aponta que há uma retomada no processo de privatização da saúde no Tocantins, após o governador contratar a mesma entidade filantrópica Pró-Saúde que tinha prestado serviços na sua gestão anterior para gerenciar a administração de dezoito hospitais estaduais. A autora aponta que essa medida foi contrária ao posicionamento do Conselho Estadual de Saúde (CES), do Ministério Público e das entidades que defendem a saúde pública e universal. Em 2012 o contrato firmado com a Pró-Saúde no Hospital Geral

de Palmas (HGP) foi alterado, e a administração do hospital voltou a ser responsabilidade do Estado. A autora aponta que ficou sob a administração da Pró- Saúde os setores de Logística, que inclui: a Farmácia, Almoxarifado e Saúde Ocupacional; Gerência de Hotelaria, composta de Costura, Higiene, Limpeza, Cozinha, Nutrição Enteral e Lactário; e Gerência de Zeladoria, que compreende Manutenção, Obras, Segurança e Transporte.

O estudo de Gomes (2012) revela que a política de saúde no estado do Tocantins, vem sofrendo com as sucessivas tentativas de privatização, pautada num projeto societário neoliberal, visto que caminha na mesma direção do ideário nacional. O Estado tem adotado medidas que vai na contramão do que está preconizado no SUS, reafirmando o que o estudo de Bravo (2009) afirmou, que o sucateamento, do sistema de saúde brasileiro, vem acontecendo há mais de duas décadas, acentuando nos últimos dez anos com o alargamento no processo de privatização da saúde e inserção das Organizações Sociais de Saúde (Os) na gestão de hospitais públicos no governo de Dilma Rousseff e que Michel Temer deu continuidade.

Assim, a política de saúde no Estado do Tocantins segue a perspectiva do projeto privatista, com o desmonte da saúde pública em favor do modelo privado, com ampliação e fortalecimento de política assistencialistas, focalistas, patrimonialistas com foco no atendimento para aqueles com maior vulnerabilidade social.

Atuação do FTCPS em defesa do Sistema Único de Saúde no Estado do Tocantins

O Fórum Tocantinense Contra a Privatização da Saúde (FTCPS) foi criado no final de 2014. Com participação na Plenária Nacional Saúde e Serviço Social do Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (CFESS-CRESS), nos dias 30 e 31 de outubro de 2014. A primeira reunião do FTCPS aconteceu no dia 11 de dezembro do mesmo ano, na sala de reuniões da sede da Nova Central Sindical em Palmas, com a presença de 14 (quatorze) participantes, teve como pauta a contextualização do surgimento da Frente Nacional e do Fórum Tocantinense - o que é a frente e o fórum, a sua composição, metodologia, quais as frentes e bandeiras de luta desse movimento e o histórico de privatizações da saúde do Tocantins. A reunião contou com a participação das seguintes

entidades, sendo três representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), duas do Movimento dos Atingidos por Barragens(MAB), uma Conselheira do Conselho Estadual de Saúde (CES), cinco representantes do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/ TO 25° região), sendo a vice-presidente, dois membros da Comissão de Seguridade Social, uma Conselheira e a Coordenadora da Comissão de Seguridade Social , três Assistentes Sociais de base da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), um representante da Nova Central Sindical, uma representante da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins (SESDUFT) e uma participante não especificou na ata sua profissão ou entidade que representava. A reunião culminou nos seguintes encaminhamentos/deliberações inserir o debate sobre privatização nos movimentos sociais e usuários, discutir pauta local com histórico da privatização no Tocantins, mobilização junto a população - definir locais estratégicos, discutir como o usuário do SUS é atendido, articular com representante da Unidade Federal do Tocantins (UFT) sobre a atual situação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) dentre outros.

Em 2015, o Fórum Tocantinense Contra a Privatização da Saúde (FTCPS) inicia suas atividades, conforme registro em ata, no dia 10 de março, participando da reunião com a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins (SESDUFT). Esse encontro teve como pauta a ação judicial contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e estratégias de luta. O local da reunião e o número de participantes não constavam no registro da ata.

A segunda reunião do FTCPS em 2015 aconteceu no dia 16 de março, com o total de 08 (oito) participantes. O local da reunião e os encaminhamentos e deliberações não constavam no registro da ata. Teve como pauta a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e a organicidade do fórum. Teve participação de duas servidoras da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), uma da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), duas representantes do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/TO), três professores da Universidade Federal do Tocantins (UFT), duas trabalhadoras do Hospital Geral de Palmas (HGP) e uma da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins (SESDUFT). Suas especificidades não foram informadas no registro da ata.

Ainda em 2015, entre os dias 27 a 30 de março, o FTCPS participou do Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS) no Rio de Janeiro.

A terceira reunião de 2015 do Fórum foi realizada no dia 31 de março, com o total de 05 (cinco) participantes. Não constava no registro da ata o local e os encaminhamentos da reunião. A pauta dessa reunião foi a organicidade do fórum. Com participação dos representantes a seguir: uma Assistente Social da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), um Nutricionista do Conselho Regional de Nutrição (CRN1), dois Fisioterapeutas do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO-12) e uma Assistente Social sem informação sobre o local de atuação profissional.

Entre os meses de março e abril de 2015, os representantes do FTCPS participaram de assembleia dos docentes na UFT.

A quarta reunião foi no dia 18 de junho de 2015, na sala de reuniões do CRESS, com a presença de 11 (onze) participantes. Essa reunião teve como pauta a situação da terceirização dos serviços de Unidade de Terapia Intensiva e Unidade Intermediária (UTIUI) do Hospital e Maternidade Dona Regina (HMDR), a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) no Hospital Universitário de Araguaína (HU-Araguaína) e participação nas Conferências de Saúde. Estiveram presentes nessa reunião representantes do CRESS-TO, do Sindicato Nacional dos Tradutores (SINTRA-TO), uma fisioterapeuta, um representante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), representante da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn-TO), representante da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins (SESDUFT), estudante de geografia da UFT, uma professora UFT de Porto Nacional e uma representante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e da Central Sindical e Popular – Conlutas (CSPConlutas). Não constava no registro da ata os encaminhamentos.

Entre os dias 25 a 26 de junho de 2015 representantes do Fórum participaram da 10ª Conferência Municipal de Saúde de Palmas e de 26 a 27 de agosto de 2015 o FTCPS participou da 8ª Conferência Estadual de Saúde – com as propostas e moção de repúdio contra adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) por parte da gestão da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Também nos meses de Julho/Agosto de 2015 – CRESS divulgou uma carta aberta aos assistentes sociais, se posicionando contrário a todas as formas de privatizações dos serviços públicos.

No ano de 2016 o FTCPS teve sua primeira reunião no dia 26 de abril. A reunião tinha como pauta a conjuntura política atual e a Política de Saúde. Contudo não houve quórum. Já

de 25 a 27 de novembro de 2016, duas representantes do FTCPS, assistentes socais e professoras universitárias, juntamente a alguns estudantes de graduação do Serviço Social, participaram do VI Seminário Nacional da FNCPS em Goiânia/GO. Constava em ata somente estes dois registros de atividades no ano de 2016.

Já em 2017, o FTCPS realizou reunião no mês de junho. No entanto, não constatava no registro da ata da reunião, o local, o dia, a pauta, o número de participantes e instituições representadas. Nessa reunião foram realizados os encaminhamentos/deliberações de moção de repúdio - ao ato de exoneração arbitrária da superintendente do Hospital Universitário (HUPAA/EBSERH) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e assinaturas - Conselho Municipal de Saúde (CMS), Conselhos Profissionais, Grupos de Pesquisa, Centros Acadêmicos. De 27 a 29 de outubro do mesmo ano, o FTCPS foi representado no Seminário da FNCPS em Maceió-Alagoas. No ano 2017 foram registrados em ata somente essas duas atividades desenvolvidas pelo o FTCPS.

Em 2018 o FTCPS realizou sua primeira reunião no dia 02 de agosto, com a presença de 08 (oito) participantes. Não constava no registro da ata o local da reunião. Essa reunião teve como pauta a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS) - surgimento, organização e principais bandeiras de luta, o resgate histórico de luta do fórum, análise de conjuntura, reorganização do fórum (comissões e estrutura) e o 8º Seminário Nacional da FNCPS. Estiveram presente na reunião uma assistente social (trabalhadora da saúde e UNITINS), uma assistente social (professora da UFT e UNITINS), uma acadêmica do curso de Serviço Social/ UNITINS, um nutricionista/trabalhador da saúde, uma acadêmica do curso de Nutrição da Executiva Nacional de Estudantes de Nutrição (ENEN), uma trabalhadora da saúde (do CRN - 1º Região), uma assistente social (trabalhadora da saúde e agente fiscal CRESS-TO) e uma assistente social da UFT. Finalizando com os seguintes encaminhamentos: organizar uma formação interna com estudantes e trabalhadores da saúde sobre a EBSERH, criar mecanismos de divulgação e panfleto sobre EBSERH. Em 2018 foi registrado em ata somente esse evento do FTCPS.

No ano de 2019 conforme consta nos registros das atas de reuniões, o FTCPS realizou no total 09 (nove) reuniões. Sendo que a primeira reunião aconteceu no dia 30 de maio de 2019, na sede do CRN em Palmas. Com presença de 05 (cinco) participantes. Esse encontro teve como pauta a reunião presencial da FNCPS (Brasília -DF), a 9° Conferência Estadual de

Saúde do Tocantins e organização do fórum. Com representatividade de duas assistentes sociais e trabalhadoras do SUS, uma representante da (Resistência, Partido Socialismo e Liberdade - PSOL e UNITINS), um representante do (Partido Comunista Brasileiro- PCB e CRN) e uma representante da (SESDUFT-UFT). Os encaminhamentos realizados foram participar da construção da nota da FNCPS para a 16°Conferência Nacional de Saúde. Além disso, o Fórum do Tocantins participaria da comissão de mobilização da frente, e organizaria a construção do Seminário Estadual do Fórum buscando o apoio e participação de conselhos, universidades, sindicatos, partidos e movimentos sociais. Outra estratégia proposta foi a construção de um calendário de eventos e solicitar às entidades nacionais vinculadas a FNCPS que acionem representantes no Tocantins para participar das reuniões.

A segunda reunião do FTCPS aconteceu no dia 12 de junho de 2019, na sala de reuniões na sede do CRESS-TO. Com a participação de 08 (oito) representantes. Teve como pauta a organização do fórum, o seminário estadual do fórum, greve geral e informes. Os participantes representavam diversas entidades como três assistentes sociais trabalhadoras do SUS, duas representantes do (CRESS -TO), uma da (Resistência/PSOL e UNITINS), um do (PCB e CRN), um representante da (SESDUFT-UFT) e uma discente (SESO UNITINS). Nesse dia foram realizados os seguintes encaminhamentos: organização do calendário de reuniões do fórum, elaboração de carta-convite para as entidades para participarem das reuniões do fórum e do seminário, proposta de data do seminário, convites para os palestrantes nacionais, propostas de mesas (temáticas) e divulgação do Seminário na rádio UFT e podcast avulso.

A terceira reunião aconteceu no dia 25 de Julho de 2019, na sala de reuniões na sede do CRESS-TO, com a presença de 07 (sete) participantes. A reunião teve como pauta a 16ª Conferência Nacional de Saúde (Brasília-DF), o seminário estadual do fórum de saúde do Tocantins e programação (proposta) do seminário Contra a Privatização da Saúde da Região Norte. Essa reunião contou com representantes de diversas instituições, sendo uma assistente social (trabalhadora da saúde e da Resistência-PSOL), uma assistente social (Resistência-PSOL), um nutricionista (trabalhador da saúde e do PCB), uma assistente social (trabalhadora da saúde e do CRESS-TO), presidente do CRESS- TO, uma assistente social (trabalhadora da saúde e UNITINS) e uma médica residente (integrante da Rede Nacional de Médicos Populares). Esse encontro resultou em diversos encaminhamentos, sendo que o

fórum deliberou que o seminário será da Região Norte, além do agendamento de reunião online com companheiros da região Norte para discutir o seminário e propostas de momento cultural com Cidade Perifa, Baque Mulher e Gabriela Raia.

A quarta reunião foi realizada no dia 15 de agosto de 2019, na sala de reuniões na sede do CRESS-TO, com participação de 09 (nove) integrantes. Teve como pauta a Conferência Nacional de Saúde, a contratação de pessoal no HGP, Lei 3.528/2019 (DOE 12/08/2019-Tocantins), Lei 3.529/2019 (DOE 12/08/2019-Tocantins) e o Seminário Regional da FNCPS. As entidades que participaram da reunião foram quatro trabalhadoras do SUS, três representantes do (CRESS-TO), uma da (UFT), uma da (UNITINS), um do (CRN1) e um da (SESDUFT/ANDES). Os encaminhamentos/deliberações construídos foram a elaboração de um texto (denúncia) ao Conselho Estadual de Saúde do Tocantins (CES-TO) solicitando esclarecimento, o fórum protocolará o documento junto a CES, elaboração de minuta de manifestação contrária e solicitação imediata de revogação da lei, pautar nos conselhos de direitos e políticas públicas, amadurecer a proposta de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) da lei em conjunto com outras entidades e chamar reunião extraordinária do fórum com diversas entidades para discutir essa pauta.

No dia 19 de agosto de 2019 foi realizada uma reunião extraordinária do Fórum Tocantinense Contra a Privatização da Saúde (FTCPS), na sala de reuniões na sede do CRESS-TO, com participação de 11 (onze) integrantes. Essa reunião teve como pauta a Lei 3.528/2019 (DOE 12/08/2019- TO) – Lei que cria o "Cadastro de usuários e dependentes de drogas no Tocantins". As entidades que participaram foram três trabalhadoras do SUS, duas representantes da (UFT), uma da (UNITINS), duas do (CRESS-TO), duas do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), um representante da União Geral de Trabalhadores (UGT) e do sindicato dos policiais da Polícia Rodoviária Federal(PRF), uma representante do Conselho Regional de Enfermagem (COREN), uma da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e uma representante da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Foram realizados os seguintes encaminhamentos/deliberações ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJ- TO), com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do

Estado do Tocantins (DPE) e promotoria dos DH/NPE, mobilizações políticas- manifesto com baixa assinado via internet, audiência pública e reuniões para discutir as palestras.

No dia 26 de agosto de 2019 foi realizada a segunda reunião extraordinária do Fórum Tocantinense Contra a Privatização da Saúde, na sala de reuniões na sede do CRESS-TO, com participação de 07 (sete) integrantes. Teve como pauta a Lei 3.528/2019 (DOE 12/08/2019- Tocantins) - Lei que cria o "Cadastro de usuários e dependentes de drogas no Tocantins". Essa reunião contou com a presença de uma trabalhadora do SUS, de uma assistente social da (UNITINS), uma da (UFT/ ABEPSS), de uma representante da (Casa 8 de março), de uma (egressa UFT/ militante movimento negro), de uma estudante de Serviço Social da (UNITINS) e de uma representante da (comissão CDH/UFT). Nesse encontro foram realizados encaminhamentos/deliberações como a construção de um manifesto, de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), proposta de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (AL- TO) e continuar incidindo politicamente nos conselhos de políticas (Conselho Estadual de Saúde- CES e Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS).

A sétima reunião ocorreu no dia 19 de setembro de 2019, na sala de reuniões na sede do CRESS-TO, com presença de 07 (sete) participantes. Essa reunião teve como pauta a reunião online colegiado FNCPS (16/setembro/2019), encaminhamento das reuniões anteriores e o Seminário Região Norte da FNCPS. Com participação dos seguintes representantes, sendo uma trabalhadora do SUS, uma docente da UNITINS, uma da (UFT), um nutricionista (CRN1), uma representante do (CRESS-TO), uma estudante de Serviço Social da (UFT) e uma estudante de Serviço Social (UNITINS). Nessa reunião os encaminhamentos foram os seguintes: o fórum acompanhará os desdobramentos dessa articulação em relação à ADIN, o Fórum Tocantins realizará um minicurso, iria solicitar apoio das demais entidades para o minicurso, e lançou nota de repúdio a ação da Polícia Militar do Estado do Tocantins contra militantes que se encontravam em uma ocupação urbana na Quadra 905 Sul, em Palmas-TO.

A oitava reunião ocorreu no dia 24 de outubro de 2019, na sala de reuniões na sede do CRESS-TO, com participação de 05 (cinco) integrantes. A reunião teve como pauta a programação do I Seminário Regional da FNCPS. Que aconteceu nos dias 11 e 12 de novembro de 2019 na Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus Palmas-TO.

Participaram da reunião duas assistentes sociais trabalhadoras do SUS, uma docente (UNITINS), uma estudante de Serviço Social da (UNITINS) e um nutricionista (CRN1). Teve como encaminhamento/deliberação a programação do I Seminário Regional da FNCPS.

No dia reunião do FTCPS em 2019 aconteceu no dia 27 de novembro, na UNITINS Campus Graciosa. Participaram da reunião 05 (cinco) representantes. A pauta da reunião foi a avaliação do I Seminário da Região Norte da FNCPS, deliberações do seminário, o 9º Seminário Nacional da FNCPS, a nova forma de financiamento da Atenção Primária e a participação ativa nas reuniões dos Conselhos Estadual e Municipais de Saúde. A reunião contou com a presença de uma Assistente Social trabalhadora do SUS, de duas professores da UFT, uma docente da UNITINS e uma estudante de Serviço Social da UNITINS. Com realização dos seguintes encaminhamentos e deliberações como a conclusão de relatório final do Seminário para certificação dos participantes, elaboração do documento e publicização dos temas debatidos no Seminário, organização de debate nos próximos meses e construção de calendário de reuniões. Também foram apresentadas algumas propostas para o ano de 2020, como a elaboração de um E-book sobre as formas de privatização da saúde, como parte do trabalho intelectual do Fórum, elaboração e realização de uma peça de teatro com os estudantes do projeto de extensão da Unitins sobre a problemática da Saúde, construção do 7 de abril (Dia Mundial da Saúde), elaboração de panfletos sobre o fórum e participação no Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde (CONASSS).

O Fórum integra a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS). É um espaço de articulação política composto por diversas entidades, conselhos profissionais, movimentos sociais, centrais sindicais, sindicatos, partidos políticos, projetos universitários, trabalhadores e usuários do SUS. Atua numa perspectiva de esquerda, com base no projeto da Reforma Sanitária, contra todas as formas de privatização da saúde, em defesa da política de saúde 100% pública, estatal, gratuita e universal.

De acordo com os registros das atas de reuniões e análise dos dados, constatou-se que no período de 2015 a 2019, o Fórum realizou apenas 16 (dezesseis) reuniões no total, número considerado pequeno para um período de cinco anos, mas participou ativamente de Congressos, Seminários, Conferências, Plenárias, Assembleias e de reuniões com diversas organizações coletivas nesse período de tempo. O FTCPS em articulação com a FNCPS e diversas entidades, conselhos profissionais, movimento sociais, trabalhadores do saúde,

dentre outras entidades atuaram ativamente se posicionando contrários a diversos pronunciamentos e medidas adotadas pelo o governo federal, estadual e municipal nesse período. Medidas essas que mais retira os direitos da coletividade como os direitos humanos, sociais, trabalhistas, dentre outros do que inclui.

As principais pautas debatidas nas reuniões do FTCPS no período de 2014 a 2019, foram a respeito das medidas adotadas pelos governos estaduais no processo de privatização e terceirização da saúde no Estado. O Fórum se posicionou contrariamente à terceirização dos serviços de Unidade de Terapia intensiva e Unidade Intermediária (UTI -UI) do Hospital Dona Regina, também atuou conjuntamente a outros movimentos contra a adesão do Hospital de Doenças Tropicais (HDT) de Araguaína à EBSERH; se posicionou contrário à contratação com ganhos pecuniários de um padre católico para atuar no setor da humanização do Hospital Geral de Palmas, visto que essa medida é contrária ao preceito do estado laico, uma vez que o religioso estaria realizando funções religiosas antagônicas à natureza da política pública estatal de Saúde, a Lei 3.528/2019 (DOE 12/08/2019-Tocantins) que cria o Cadastro de usuários e dependentes de drogas no Tocantins, Lei 3.529/2019 (DOE 12/08/2019-Tocantins) que autoriza o envio de pessoas vítimas de acidentes de trânsito para hospitais da rede privada. Teve também como pauta a organicidade do fórum visando a qualidade das ações, relevância da participação nas conferências e seminários de saúde (nacional, estadual e municipal) visando o fortalecimento do debate e, por fim, a organicidade do I Seminário da FNCPS da Região Norte, visto que a programação foi uma realização do Fórum Tocantinense contra a privatização da Saúde no ano de 2019.

De acordo com a análise dos dados as reuniões do fórum foram representadas por membros de diversas entidades como da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Estadual de Saúde (CES), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-TO 25ª Região), Conselho Regional de Nutricionistas (CRN 1ª Região), Seção Sindical dos Docentes da UFT (SESDUFT-Andes), Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Tocantins (SINTRAS), Sindicato dos Profissionais de Enfermagem do Estado do Tocantins (Seet), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Casa 8 de Março, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO-12), Partidos Políticos (PCB e PSOL), Trabalhadores/as da Saúde, Conselho

Estadual de Assistência Social (CEAS), Nova Central Sindical, Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), União Geral de Trabalhadores (UGT) e sindicato dos policiais da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Conselho Regional de Enfermagem (COREN), Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN) Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), dentre outros.

Conforme foi observado, as reuniões foram representadas por sua maioria por assistentes sociais trabalhadora da saúde, seguido de docentes, enfermeira/o, nutricionista, médico/a, fisioterapeuta, estudantes, representantes de movimentos sociais entre outros representantes e militantes. O que demostra que o fórum é um agrupamento de profissionais da saúde, da educação, de estudantes, integrantes de movimentos sociais, que lutam pela saúde pública de qualidade e para todos, de resistência às diversas formas de privatização. Atua em articulação com diversas organizações coletivas e entidades representativas de trabalhadores em defesa do SUS e da seguridade social brasileira.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos o SUS como resultado do movimento da Reforma Sanitária Brasileira e entendemos que a FNCPS busca dar continuidade ao projeto da RSB, no sentindo de fortalecer o SUS. Por tanto, a partir dos anos 1990, o Estado brasileiro vem realizando a contrarreforma do Estado, desmontando o modelo de proteção social destacado pela Seguridade Social brasileira, que tem se aprofundado na atual conjuntura no país. Desta forma, constata-se a persistência de notórias dificuldades, como as desigualdades de acesso da população aos serviços de saúde, os desafios de construção de práticas baseadas na universalidade e na integralidade, os dilemas para alcançar a equidade no financiamento do setor, os avanços e recuos nas experiências de controle social e a falta de articulação entre os movimentos sociais (BRAVO, 2006; PAIM, 2009; MENEZES, 2016).

Considerando o estudo de Menezes (2016), considera-se que os "novos modelos" de gestão adotado pelo Estado neoliberal, os quais transferem a gestão de serviços de saúde para a iniciativa privada, contribui para o aprofundamento da precarização do trabalho e também não respeita as premissas do controle social, "ameaçam o direito à saúde, pois entregam a gestão das unidades de saúde, patrimônio, equipamentos, serviços,

trabalhadores e recursos públicos para entidades de direito privado" (Idem, 2016, p. 173). Esses novos modelos de mercantilização da saúde representa para o SUS uma desconstrução de suas premissas constitucionais e expressas nas Leis nº 8080/1990 e nº8142/1990, o que o leva ao enfraquecimento do SUS, e o fortalecimento da lógica gerencial iniciativa privada que dificulta ainda mais seu funcionamento como foi preconizado quer na Constituição, quer em sua Lei Orgânica.

Assim, conforme análise das atas das reuniões o Fórum atua se posicionando contrário a todas as medidas descritas acima, particularmente adotadas pelo o governo estadual nesse período, tendo como principais pautas as medidas adotadas pelo o governo estadual no processo de privatização e terceirização da saúde no Estado, bem como medidas e leis estaduais sancionadas que violam os direitos humanos e incentivam a privatização de serviços de saúde ou incentivam a saúde privada. Destarte, conclui-se que o Fórum, apesar de dificuldades para sua ampliação, desenvolve um papel relevante em defesa do SUS público no Tocantins, particularmente em Palmas, tendo como principal estratégia buscar articulação com outros setores da sociedade civil para ampliar o debate e diálogo com a população sobre os processos privatizantes e de violação de direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAVO, Maria Ines Souza e MATOS, Maurílio Castro. **Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária**: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elizabete [et al.] (orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez; Brasíliaa/DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

BRAVO, Maria Ines Souza. **Políticas de Saúde no Brasil**. In: MOTA, Ana Elizabete [et al.] (orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez; Brasíliaa/DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

CARIAGA, Maria Helena Silva. **A particularidade da prática com famílias nos Centros de Referência da Assistência Social de Palmas do Tocantins**. Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Controle Social na Saúde**. In: MOTA, Ana Elizabete [et al.] (orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

CORREIA, Maria. V. C.; SANTOS, Viviane. M. dos. (orgs.) **Reforma sanitária e contrarreforma na saúde**: interesses do capital em curso. Maceió: EDUFAL, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição, São Paulo: Editora Atlas S.A, 2012.

GOMES, Edinalva Maria. **Análise do processo de desenvolvimento das ações de saúde do trabalhador na rede de atenção primária à saúde no Tocantins**. Dissertação de Mestrado. Palmas, Universidade Federal do Tocantins, 2012.

LIMA, Júlio César França. **A política nacional de saúde nos anos 1990 e 2000**: na contramão da história?. In: PONTE, Carlos Fidelis e FALLEIROS, Ialê (orgs.). Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro; Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV; 2010.

MENEZES, Juliana Sousa Bravo. **As lutas por saúde no Brasil**: o Projeto de Reforma Sanitária em face das Contrarreformas. Tese (Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. et.al**. Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 28ª Edição, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS**? Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.